

cepção nova e ousada, com base no campo social, da nova civilização do terceiro milenio. Simultaneamente democrático e aristocrático, o Estado representará a fusão dos dois princípios, de concentração e desconcentração, ambos necessários. Ele, na sua função, criará uma coletividade mais sólida, em cujo seio o indivíduo já não será desmandado membro de um rebanho desmandado, mas soldado de um exército em marcha. Pela primeira vez na história, o Estado fará do povo um organismo, em cujo centro, fundido com ele, se operará uma síntese de vontades e de poderes. No Estado assim constituído, o povo já não será uma gregaria governada, tendo por único dever dar e obedecer, mas o corpo de um cérebro central (o governo), o organismo de uma alma diretora, que por toda parte o penetrará e vivificará com os seus tentáculos e ramificações nervosas. Não mais um chefe, ou uma classe, ou uma maioria que por si só comandem, mas um cumprimento recíproco de deveres na cooperação, completa fusão num labor comum, para um objetivo também comum.

E' certo que, historicamente, se estabeleceu na alma das massas, por hábito milenar, a indiferença para com o poder central, mutável e ausente, mas invariavelmente senhor, para o qual o povo devia permanecer sempre curvado, na posição de servo. Formou-se assim um instinto de aquiescência passiva, de tolerância e desinteresse, como se se tratasse de coisa que lhe não dissesse respeito e que somente agisse para pesar sobre ele, educado apenas na virtude de sofrer e calar. O Estado, porém, terá que começar pelo trabalho de demolição dessa psicologia de absenteísmo político que se inscrustou na alma coletiva. Lembrai-vos de que nenhuma concepção e realização política é jamais uma derradeira meta definitivamente alcançada, mas que, com o ser a síntese de todo o passado, é também o germen de ilimitado futuro.

XCVIII — O Estado e as suas funções.

Que multidão de funções terá de abranger e quantos problemas novos terá de enfrentar e resolver, a que complexas realizações terá de chegar o novo Estado! Pelas suas bases biológicas, ele estará fundamentalmente conjugado ao fenômeno básico do ser: a evolução. Sua primeira função será, pois, a de constituir-se instrumento das ascensões humanas. Educar será a sua primeira tarefa substancial; haver feito o homem, o resultado eterno de todo o seu trabalho. Tudo mais se torna meio, em face desse objetivo supremo. *Pela altitude e intensidade com que haja sabido educar se mede o valor de um governo. A pedra de toque de uma religião, de uma filosofia, de um sistema político é a quantidade de luz, que*

tenham sabido infundir na alma humana, é a proporção em que hajam conseguido tornar melhor o homem.

No meu sistema, o Estado é o órgão básico das ascensões humanas. Nessa atmosfera de alta ética, que tem de tudo vivificar e animar, se movimentam todos os labores em todos os campos, reduzidos todos, em sua síntese, a uma criação espiritual. Nas atividades individuais e sociais se realiza o princípio da lei, que diz: ordem. Tudo, portanto, se move ao longo de uma senda de coordenações e harmonizações, que eliminam os atritos, aumentam o rendimento, segundo a lei do esforço mínimo, e encaminham as coisas para a transposição de todas as formas inferiores do mal, da dor, do egoísmo, da luta. Por essa senda de harmonizações, o centro alcança a periferia e esta retorna ao centro, que se reforça pela aderência do indivíduo e este, a seu turno, se valoriza na coletividade, acentuando o seu rendimento. O Estado executa a música da cooperação: prevê e liga, no espaço e no tempo, antecipa e provê, garante e protege. Somente ele pode criar uma atmosfera ética propícia ao florescimento das delicadas produções do espírito, pode impulsionar as superiores atividades intelectuais, que de outro modo fogem à consciência coletiva, condenadas que se acham à extinção pelo princípio edonístico. O Estado operará em profundidade, fazendo evoluir a luta para formas mais altas, que implicam união de pensamento e de energias, o que também corresponde a um princípio de utilidade coletiva. Imaginai a força de um povo que se haja tornado organismo!

Os indivíduos, cujas funções são todas igualmente nobres, não se tornarão iguais por efeito de nivelamentos exteriores; mas, na própria hierarquia se obterá a justiça, porque a diferença de posições corresponde a uma diferença de valores, de funções, de deveres; corresponde à diferenciação individual de aptidões hereditárias. Com essa justiça de divisão do trabalho, os homens serão necessariamente irmãos, porque, formando um organismo, todos serão necessários uns aos outros. Aí o tom e o valor da vida de cada um subirão e ninguém poderá agredir e demolir a outrem, sem se demolir a si mesmo. Nesse organismo, *obedecer não é servir*, mas valorizar-se: não é diminuição, mas conquista; é a tomada de posição, qual célula no organismo coletivo; não mais numero somente, porém, organismo, em o qual o indivíduo se engrandecerá, com o entrar a fazer parte dele. O novo conceito não é rebuliço de individualismo, em prejuízo da coletividade: é fusão do individualismo no coletivismo, um individualismo de ordem e que, na ordem coletiva, se valoriza a si mesmo. Aí do Estado que mate o indivíduo; mas, aí também dos indivíduos que se sobreponham ao Estado.

O novo Estado terá que possuir o monopólio da força. Enquanto esta for uma necessidade da vossa vida involvida, já repre-

sentará um progresso o ser ela retirada ao individuo, visto que assim este, pela falta de uso, se deshabituará dos instintos antisociais. Semelhante Estado não poderá ser agnóstico; tem que ter uma concepção ampla da vida e que a fazer compreendida, para que o individuo a efetive; tem que haver resolvido os maiores problemas do conhecimento. Tem que saber entender o homem, seus instintos, seu destino; tem que penetrar o misterio da sua personalidade, para poder coloca-la no seu posto e obter dela o rendimento maximo. A principio, o centro se cingirá a um puro enquadramento de massas; o futuro, porém, está na penetração das almas. Nesse Estado, são necessarios Deus e o conhecimento da ordem divina. A ciencia tem de demonstra-la, para que nessa ordem o Estado encontre as suas bases racionais. Concepção imensa de uma fé social e científica, na qual se acharão em paz todas as religiões. Esse o Estado da nova civilização, a do terceiro milenio.

Nesse novo Estado, o individuo realiza a sua maturação biologica, rumo á fase de superhomem; todas as forças sociais se acharão disciplinadas para um objetivo de elevação coletiva. Os instintos inferiores ficarão atrofiados pela falta de uso, os elementos menos evolvidos se acharão domesticados, porque absorvidos pela corrente que os orientará para superiores métras espirituais. A potencia de um novo Estado de alto conteúdo ético é uma força fecundante de todas as atividades, é um esplendor de luz, que desperta todas as almas. Valoriza-se a aptidão, em correspondencia com os mais nobres impulsos, e o homem mediano, incapaz de se orientar e guiar a si mesmo, feito para acompanhar, aceita e se eleva. As energias sociais não mais rivalizarão em hipertrofias de funções, não se assinalarão por um desencadeamento cégo e destruidor, mas por uma expansão iluminada e atuante do pensamento do Estado; não se dissiparão em vãs tentativas de encontrar-se a si mesmas; não se gastarão pelo atrito, como rodas que não sabem engrenar-se; antes, coordenar-se-ão, convergentes para as métras eternas da evolução. Assim é que um povo efetua lentamente as grandes assimilações espirituais e avança compacto, qual exercito em marcha, para a penosa conquista dos ideais. Move-se, com progressiva eficiencia, a mole pesada e lenta da grande alma coletiva, que começa a ver e compreender.

O trabalho, iluminado por finalidades superiores, já não será uma condenação, mas vitória cotidiana sobre a materia, triunfo real de vontade e de espirito; ato viril de dominio. Através da celula corporativa, o Estado estreitará os cidadãos num fecundo amplexo produtivo. Os individuos que se não reorganizarem, para valorizarse nessa nova potencia coletiva, estarão destinados a desaparecer. Se as velhas unidades economicas, acanhadas e isoladas, tinham a vantagem da independencia reciproca, que circunscrevia as crises, hoje, o progresso ha organizado relações e permutas mundiais ne-

cessarias que, se, de um lado, tornam o organismo economico mais perfeito e compensado, por outro lado o tornam tambem mais vulneravel. E esta vulnerabilidade é que impõe um regimen de colaboração. Em sentido mais amplo, a especialização de capacidades e de funções dá ao individuo não evolvido e isolado probabilidades cada vez menores de sobrevivencia. Quanto mais perfeito e diferenciado é o individuo, tanto mais vulneravel, porém, melhor sabe e mais necessidade tem de viver em coletividade. Essa sua fraqueza, em face do homem primitivo, essa sua perda de adaptabilidade são a força que mantem compactas as unidades coletivas, que, assim, não tendem a desagregar-se.

No novo Estado, as anarquias economicas têm que ser eliminadas, o individualismo não é admitido como desordem. O homem futuro, que esse Estado terá de construir, não será uma simples maquina de fabricar dinheiro, uma só hipertrofia volitiva, mas um homem completo tambem pelo lado espiritual, pelo desenvolvimento harmonico de todas as suas faculdades. *O Estado que haja realizado o principio colaboracionista se achará situado em nível superior ao do Estado que se conservou na fase do principio edonistico.* O valor e a altitude evolutiva de um Estado se medem pelo grau a que ele chegou nas realizações dos principios, pelo grau em que haja sabido formar a conciencia colaboracionista e infundir no trabalho a idéia de função, na vida a de missão; pela extensão em que haja sabido transformar a força em direito, o egoísmo em altruismo, a desordem em ordem, a guerra em paz; em que haja sabido apurar as formas de luta e educar nas sendas da evolução.

O Estado, aspirando e emanando, centralizando e descentralizando, será o coração que a todo instante lança o seu sangue, para que circule no organismo. Em seu seio, o Estado elevará todos os cidadãos, economicamente e moralmente, coordenando-os todos em funções diversas, realizando a justiça mediante a subdivisão do trabalho, em correspondencia com os valores individuais. Enquanto o Estado não houver ligado a si todo o povo, como parte integrante da sua unidade, o povo se lhe conservará estranho, indiferente e poderá vir a ser um inimigo. Enquanto os cidadãos todos não se sentirem vivendo no Estado, enquanto houver um só homem que não se sinta, ainda que em grau minimo, parte dele, esse homem será sempre uma ameaça de dissidio e germen de desordem.

Um dos grandes êrrros do marxismo foi o de vêr e pôr em evidencia o lado involvido da sociedade humana, a incompreensão de capital e trabalho e a luta de classes. O marxismo exprimia, no campo economico, a universal visão materialista então imperante, fase de depressão e descida necessaria á retomada do impeto indispensavel. Concepção derrotista, de decadencia, semente de destrui-

ção e não de construção. O sistema representativo exprimia, no campo político, a fase desorganizada da luta de classes, para prevalemento de grupos, que iam até ao absurdo de serem antinacionais. Cisões no cérebro de um povo, absurdas e demolidoras. Tais conceitos têm que ser superados. Não somente o Estado não deverá exprimir aquela luta, como terá de dominar todas as actividades económicas, ser o organismo ético, que absorva todas essas actividades, quando tenham um conteúdo moral e social, elevando-as a função.

A introdução do fator moral, supremamente construtivo, na vida social, inverte a posição do problema. Para maior rendimento utilitário de todos, têm os grupos sociais que evitar o estrago dinâmico da luta do período caótico, para viverem coordenados e não em oposição, para cooperarem e não para se elidirem. E' contraria á lei do mínimo esforço uma cadeia de sobrepujamentos e reações; por isso, segundo a lei de evolução, tem de cair. A luta de classes pode considerar-se uma enfermidade social do período involvido, um facto patológico vencido. O sonho de demolir o capital, para realizar o advento de um proletariado supremamente inapto, na sua inconsciencia, a qualquer função diretora, significa secar as fontes da riqueza de todos. Superabundância e violencia, desfrutação da ignorância popular por egoismos políticos, não resolveriam o problema da riqueza. Filosofia económica de decadencia, mecanismo de destruição.

Mas, está nas leis da vida a ascensão a uma fusão e solidariedade de todas as forças da produção, sem opressões, nem supressões, dando lugar a todos, para que todos dêem a sua contribuição. E todas as classes encontrarão no colaboracionismo reconhecimento e proteção, o lavrador do pensamento e o lavrador da terra, o soldado e o operário. Colaboração, não luta de classes. A propriedade é base natural do edifício económico, tal como a família o é do edifício social; é, como esta, lei da natureza, vigente mesmo no mundo animal. Destruir essas unidades primordiais e in-substituiveis é demolir a natureza humana. O instituto da propriedade, criado para a propria defesa dos vencedores na luta económica, atacado pelos vencidos, permaneceu sempre e permanecerá, apesar de todas as tentativas de demolição, porque corresponde á necessidade fundamental de defender uma posição que *todos*, embora alternativamente, acabam por ocupar. Isto significa elevar tudo, ao passo que, antes, tudo significava desejar; nada destruir, criar tudo. As revoluções destrutivas tem que suceder uma revolução construtiva, enquadrando todas as forças e com elas constituindo uma unidade; as revoluções que partem de baixo para demolir, sucederá uma revolução descendo do alto para construir: descedida das aristocracias do pensamento, para levantar os humildes, ascensão dos humildes á compreensão. A tarefa das classes não é

elidirem-se, mas compartilharem dos frutos da mesma civilização, encaminhando-se para uma compreensão reciproca. A tarefa da classe dirigente não é dominar, mas educar a plebe dos tumultos, velho instrumento de vinganças, muitas vezes vítima das represões, sempre massa ignara, amorfa e céga, afim de transforma-la em povo que ascende para a mais alta consciencia coletiva.

XCIX — O Chefe.

Qual será o chefe, nesse novo organismo a surgir para a vida? Como o escolherá e lançará para o alto a historia? Ha momentos em que ela atravessa uma curva decisiva, em que se dá a maturação da fase resolutiva de uma civilização milenaria, em que imensas maturações sociais se acham iminentes, no alvorecer de novas civilizações. A humanidade, então, parece perder-se em crises e conflitos e todo o passado como que se esborracha. Então, as forças da vida invocam o genio que interprete e crie e os equilibrios da lei o trazem á luz, valorizam-no em plena eficiencia, convergindo a sustentá-lo as forças do imponderável, afim de que ele plasme e eleve. Então, o homem que haja operado, pelo seu trabalho íntimo, a sua maturação biológica, é chamado, por atração, á linha de uma especialização maior, afim de que dê todo o seu rendimento á obra coletiva que lhe é confiada e que se torna sua. A vida do Chefe é missão suprema. Esses fenomenos não constituem misterio para nós que nos encontramos sempre em movimento, aderentes á substancia no imponderável.

E' pueril, dentro desse desencadeamento de forças titânicas, procurar a razão das coisas nas velhas formulas humanas. A grande Lei, que no íntimo sustenta todas as coisas, tudo amadurece, em perfeita harmonia, para metas nunca fortuitas. A vida dos povos tem seus equilibrios profundos, como a vida inorgânica e a orgânica, e, assim como estas produzem, no momento da maturação evolutiva, a molécula ou a célula, também a vida dos povos produz, no momento decisivo da evolução biológica, o seu homem, a sua célula superior, trazida á luz pela tensão de todas as forças da vida, a explodirem triunfantes, após um oculto esforço secular, afim de que aquela célula cumpra, por lei de coordenação, a sua função de cérebro e de vontade, de direção e de imperio, porque tais são, em natureza, a sua capacidade, diferenciação e função biológica.

Tal será o Chefe, pela sua grandeza, mas também pelo seu dever, pela sua satisfação, como pelo seu esforço, pela sua vitória, como pelo perigo que corre. Nessa função e nesse perigo estão a justiça da suprema lei de Deus e a base, antes divina que humana, de uma investidura sagrada, que, na vida, é missão; estão o seu direito de governar e o dever, para os povos, de obedecer-lhe, unidos todos